

Estudantes de Cotas: um convite à reflexão

Alba Tereza Barroso de Castro*

Resumo – O trabalho aborda as Políticas de Cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, partindo-se da premissa que o problema não é apenas o difícil acesso à universidade de oriundos de escolas públicas e afro-descendentes, mas a permanência destes no ensino superior. As análises sobre os significados, as polêmicas, os alcances e os limites do universo de cotas terão por base estudos documentais e bibliográficos, bem como os dados da pesquisa: “As Políticas de Assistência aos estudantes cotistas em andamento na Faculdade de Serviço Social (FSS) junto a alunos de cotas do curso de Serviço Social”. A partir da constituição de um grupo de dez alunos, foi realizada uma oficina-piloto de escuta, debates e troca de experiências sobre as trajetórias destes alunos, procurando analisar as suas dificuldades para entrar e se manter na universidade. Procurou-se, também, conhecer as estratégias que os alunos desenvolvem para tentar driblar os problemas vivenciados. Os dados coletados revelam uma tendência de crescente precarização das condições de ensino e aprendizagem entre os alunos de cotas, no âmbito de um já reconhecido campo de educação com limites e problemas. A Política de Cotas da UERJ esconde, sob o propagado discurso de reversão da histórica dívida para com os afro-descendentes, um perfil populista, pois não prevê e nem dimensiona um efetivo programa de acompanhamento e apoio aos estudantes de cotas.

Palavras-chave – Política de Cotas. Educação. Assistência Social.

Resumen – La comunicación aborda la Política de las Cotas de la Universidad del Estado del Rio de Janeiro, poniendo la cuestión que el problema no es solo el difícil ingreso en la Universidad de los que vienen de las escuelas publicas y de los afro-brasileros, sino que la permanencia de ellos en la escuela superior. Las análisis de los significados, de las polémicas, de los alcances y de los límites de el universo de las cotas tendrán como referencia los estudios documentales y bibliográficos y también los datos de la encuesta: La Política de Asistencia de los estudiantes de las cotas de la Facultad de lo Servicio Sociable – UERJ. Desde la constitución de un equipo de diez estudiantes se ha efectuado una experiencia sobre las trayectorias de esos estudiantes para entrar y mantenerse en la universidad y conocer las estrategias que ellos desenvuelven para intentar superar los problemas. Los datos muestran una tendencia de una progresiva precarización de las condiciones de la enseñanza y de la aprendizaje entre los estudiantes de las cotas en el ámbito de uno ya reconocido cuadro de la educación con límites y problemas. La Política de las Cotas de la UERJ esconde sob uno propagado discurso de reversión de la histórica deuda para con los afro-descendentes, un perfil populista, pues no se presenta un programa de acompañamiento de apoyo a los estudiantes de las cotas.

Palabras-llaves: Política de las Cotas. Educación. Asistencia Social.

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: albatereza@uol.com.br.

Introdução

Nos anos de 1990, desenvolveu-se, no campo da Sociologia da Educação, um intenso e polêmico debate sobre as possibilidades de as reformas educacionais contribuírem para a promoção da igualdade de oportunidades e a diminuição de desigualdades sociais. Jencks mostra, em seus estudos, que as reformas educacionais não são eficazes por não atacarem a renda como fonte de desigualdade. Qualquer estratégia centrada exclusivamente na igualdade educacional, visando gerar igualdade de oportunidade, tenderá ao fracasso. Ele critica os reformadores, tendo por base três pressupostos: a pobreza não é herdada; há evidência que as pessoas não ascendem socialmente apenas porque possuem um nível adequado de conhecimento e nada confirma a tese de que a educação reduza a desigualdade (Leal apud Jenks, 2006).

O debate sobre o poder da educação como elemento de combate à pobreza reaparece, no Brasil, nos anos de 1990 com a reforma educacional. São inúmeros os estudos, pontuando a relação entre pobreza e baixa escolaridade, embora saibamos que esta relação não é tão linear e diversas variáveis como sexo, cor e região de residência, entre outras, perpassam este debate.

Mas é quase consensual considerar a educação um dos maiores canais de mobilidade social, já que há estatisticamente correlações significativas entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem alcançar. O esforço pessoal e familiar para se conseguir vagas e manter os filhos na escola se faz na perspectiva de um futuro mais promissor que signifique alocação no mercado de trabalho com melhor remuneração. A educação é tida, assim, como mecanismo de mobilidade social, embora, a realidade empírica, no Brasil, evidencie que a relação entre educação e melhoria das condições de vida é mais complexa, o que exige uma análise atenta de alguns problemas que a impedem de ser efetivamente este vetor de mudança e melhoria. Entre os estruturais problemas no ensino público brasileiro destacam-se os altos índices de repetência e evasão escolar nos níveis fundamental e médio, assim como um reduzido número de vagas no ensino superior.

A tendência mundial de crescente privatização da educação começa, gradualmente, no Brasil, a minar o caráter público das universidades federais e estaduais na medida em que os governos cortam e/ou reduzem o repasse de verbas, forçando-as a adotarem formas alternativas de captação de recursos, em parte articuladas ao setor privado. Os problemas daí

decorrentes são a queda da qualidade do ensino e os limites à expansão e à democratização de acesso ao ensino superior.

A crise das universidades públicas, como tema destacado nas pautas de discussões acadêmicas e políticas, expressa as precárias condições que, na prática, elas se encontram. Sem condições objetivas de reajuste salarial de seus docentes e de seus profissionais técnico-administrativos, de ampliação e reajuste das bolsas de seus estudantes, bem como da conservação e melhoria de sua infra-estrutura, as universidades se deparam também com uma limitação de ofertas de vagas em relação à faixa etária da população e, proporcionalmente, às conclusões do ensino médio. Como o ensino fundamental tende à universalização de acesso, e o ensino médio, por sua vez, vive um promissor processo de expansão de matrículas e conclusões, há uma barreira concreta de inserção, no ensino superior público, das camadas mais desfavorecidas da população, já que nesse nível de ensino o setor privado predomina.

1 A institucionalização das Políticas de Cotas

O sistema de reserva de vagas para candidatos afro-descendentes e oriundos das escolas públicas começa a ser implantado no Brasil, em 2003, nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Estado do Norte Fluminense (UENF) e do Estado da Bahia (UEBA), compondo um conjunto de medidas que integram as chamadas Políticas de Ações Afirmativas.

Em 13 de maio de 2002, o governo federal brasileiro, através do Decreto nº 4.228, cria o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal, bem como através da Lei nº 10.678, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em decorrência de um crescente movimento de luta por direitos sociais que amplia o seu paradigma de corte de classe e renda para o de etnia, dando realce aos debates sobre a desigualdade racial e o ensino superior.

Hoje este sistema de reserva de vagas já atinge 18 universidades públicas (onze universidades estaduais e sete federais), tendo o Ministério da Educação encaminhado, no início de 2004, Projeto de Lei nº 3.627/04 que destina 50% das vagas nas instituições federais de educação superior para alunos egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas. Soma-se a isso o Anteprojeto de Reforma Universitária que abriga a regulação das

políticas de democratização do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), pelo qual são destinadas bolsas de estudo, nas universidades particulares, para alunos de escolas públicas, negros e indígenas.

Trata-se de um conjunto de medidas que, dado o seu impacto no ensino superior e na sociedade, abre um leque de polêmicas e embates. O resultado do vestibular na UERJ, em 2003, resultou numa verdadeira batalha jurídica e guerra de opiniões. No debate mais geral, sobressaem-se duas posições: a de oposição e a de apoio às políticas de cotas. A primeira defende o critério do mérito, e por isso acredita que a qualidade acadêmica tenderá a decair, além de se incentivar um “racismo” às avessas, considerando, ainda, as inequívocas dificuldades de definição e aferição dos declarados negros e pardos. A segunda defende a necessidade de se resgatar a dívida histórica de exclusão e de preconceitos para com as minorias, principalmente para com os afro-brasileiros, desfazendo-se o mito da democracia racial, e tratando de forma diferenciada, através de políticas, os que se encontram em posições desiguais.

O debate complexo sobre as políticas de cotas agrega múltiplas questões, devendo ser aprofundado para não cairmos no reducionismo de se taxar de atrasada ou avançada a posição de ser a favor ou contra as cotas.

As trocas de experiências entre as universidades têm sido insipientes, até porque elas se encontram em estágios diferentes, fazendo com que cada uma delas gere o seu próprio modelo que inclui, entre outras definições, o percentual de vagas reservadas, os critérios para a definição e identificação dos beneficiários. Para além dos procedimentos de acesso às universidades, há a necessidade de se aferir os processos de acompanhamento e avaliação dos estudantes de cotas, colocando-se como desafio a permanência destes alunos na universidade.

2 Apoio institucional aos alunos de cotas

As políticas de permanência não devem ser concebidas como políticas de retenção (redução das taxas de evasão), mas como instrumento privilegiado para a qualificação da formação e da inserção dos alunos (Santos, 2005, p. 16).

Para os alunos cotistas concluir os seus cursos, há que se ultrapassar o caráter pontual da política de reserva de vagas, tornado-a uma Política Pública de Estado que englobe apoio acadêmico, auxílio financeiro, apoio psicológico e infra-estrutura institucional que

disponibilize alojamentos, restaurante universitário, laboratório de informática e bibliotecas. Haveria necessidade, assim, de uma Política de Assistência ao Estudante, recuperando-se um aparato que, apesar dos problemas, de uma maneira geral, existia na década de 1970 nas universidades públicas. “A partir de 1982, com os acordos do Banco Mundial, reduziram a rubrica de assistência estudantil, até o momento em que FHC tirou a rubrica do orçamento da União” (Leher, 2005, p. 96). Sem falar que, nos orçamentos de 2003 e 2004, o governo Lula continua sem dar verba para a assistência. Qual o objetivo, então, das medidas instituídas para alargar o acesso de minorias às universidades, se não se democratizam os meios para assegurar a permanência dos estudantes cotistas?

A lei que institui as cotas para as universidades estaduais define que cabe ao poder público disponibilizar os recursos necessários para a permanência do estudante. O programa de permanência mais estruturado, até o momento, é o da UERJ, chamado ProIniciar (inicialmente chamado PAE, Programa de Apoio ao Estudante). O programa se estrutura em três eixos: disciplinas instrumentais, oficinas e atividades culturais. O programa conta também com bolsas para atendimento dos sete mil cotistas. São hoje cerca de 2.380, sendo mil via Faperj, através do Programa Jovens Talentos 2, e 1.380 vêm direto do Governo do Estado. As bolsas têm duração de um ano e são todas do mesmo valor: R\$ 190,00.

Segundo Leher (2005), no âmbito das universidades federais, o Anteprojeto da Reforma da Educação Superior trás, no artigo 57, parágrafo único, a regulação desta questão, definindo que 5% da verba de custeio, das IFES, devem ser destinadas à assistência estudantil. O ProUni também destina bolsas para alunos que estudam, em turno integral, nas instituições privadas. A denominação desta modalidade de bolsa-auxílio tem sido designada como Bolsa-Permanência, pois visa custear despesas de transporte, alimentação, moradia, material didático e, ainda, fornecer apoio psicológico e pedagógico ao aluno beneficiado.

As medidas para apoio à permanência dos estudantes de cotas, como se vê, são projetivas, e no caso da UERJ, insipientes e aquém das reais necessidades de seus alunos, que não dispõem de alojamentos, restaurante universitário, auxílio didático, sem contar que não há bolsas para todos. Como fazem, então, estes alunos para driblar as dificuldades e seguirem com seus estudos? Quais as suas demandas? Quais os problemas que eles têm enfrentado na Universidade?

Para responder as estas questões, na tentativa de se esquadrihar, de forma periférica, o campo das demandas estudantis, reportar-nos-emos aos depoimentos de seis alunos do 2º e 3º períodos do curso de Serviço Social da UERJ coletados na constituição de um grupo piloto

no âmbito do Projeto: Política de Assistência aos Estudantes Cotistas. Estes alunos participaram de dez oficinas de debates e troca de experiências, tendo como temas questões relacionadas às suas trajetórias e vivências acadêmicas. As discussões foram gravadas, transcritas e seus principais elementos transportados para uma ficha matriz, onde foram registrados os problemas, as estratégias para se tentar driblar os problemas e as demandas.

Neste grupo de jovens alunas, de 21 a 23 anos, três fizeram pré-vestibular gratuito, sendo cinco cotistas, quatro provenientes de cotas de rede pública e uma de cota racial. A que não é cotista, também cursou os ensinos médio e fundamental em escolas públicas. As seis deslocam-se para a universidade de trem ou ônibus, num percurso médio de uma hora, pagando R\$ 26,25 semanais, em média, com transporte. Três não se alimentam na universidade, uma traz alimento de casa e as duas outras lancham na cantina. Apenas uma reside em casa própria. Três moram em casas cedidas e duas em apartamento e casa alugados. Três não trabalham por impossibilidade, mas contam com ajuda familiar; duas têm ocupações esporádicas para ajudar na renda familiar e uma tem estágio remunerado para se auto-sustentar. A renda média familiar do grupo é de R\$ 975,00. As famílias mononucleares têm quatro membros, com exceção de uma que conta com cinco membros. Destes só uma pessoa tem curso superior e outra está cursando a universidade.

3 O universo dos alunos de cotas

Os alunos encontram dificuldades para adquirir os textos e comparecer à universidade todos os dias. Algumas vezes, eles têm que optar entre tirar cópias dos textos e comparecer às aulas todos os dias, ou esperar para ver se o texto indicado pelo professor vai ser mesmo discutido em sala de aula. A bibliografia complementar é, assim, descartada por estes alunos, que se atêm apenas a alguns textos básicos da bibliografia obrigatória. E até para adquirir estes textos há uma organização da turma para baratear os seus custos: “Lá na sala a gente se junta e tira xerox a R\$ 0,50 fora da universidade. Outra alternativa é ter acesso aos livros na biblioteca, mas estes são em número insuficiente para atender a todos”.

As bolsas poderiam remediar esta situação, mas são muitas as queixas quanto a sua liberação tardia. “É a dificuldade de quem entrou com a esperança de receber a bolsa que nunca sai, é uma novela mexicana [...] nós já cursamos o primeiro período sem receber a bolsa”. “A minha turma foi a primeira de cotas e só foi receber quando a segunda já tinha

entrado, foi no final do segundo semestre”. A sub-reitora de extensão da UERJ, Profa. Raquel Villardi, confirma este atraso. “[...] as bolsas que chegaram têm duração apenas de 12 meses [...]”. “Como as bolsas foram dadas lá atrás, com a defasagem de um ano, a gente está sempre correndo atrás do prejuízo. Então quando ele entra, é obrigado a esperar vagar uma bolsa, e ele sabe que lá na frente passará por outro período” (Villard, 2005, p. 96).

Além do auxílio financeiro, o Programa de Iniciação Acadêmica (PROINICIAR) oferece, como já foi dito, disciplinas instrumentais, oficinas e atividades culturais, que também são alvo de críticas. Quanto às disciplinas instrumentais, eles consideraram que “O número de vagas que eles oferecem é surreal porque é muita gente tentando disputar as vagas mais importantes”. “Eles oferecem língua estrangeira, que é fundamental pra vida de um estudante de nível superior e disponibilizaram apenas cinco vagas”. Em relação às atividades culturais, “Muitas vezes é só um horário, no qual eu estou trabalhando, ou então é horário de aula e não posso faltar aula para ver filme”. “Mas também é mal divulgado”.

O apoio psicológico, não incluído no Programa, é sentido como uma necessidade em função do estigma e, em alguns casos, pela falta de apoio de seus familiares. A incompreensão por parte daqueles que lhes são mais próximos, em função de um estranhamento e distanciamento do universo do ensino superior, requer dos estudantes mais um desafio a ser enfrentado. Quase todos os alunos ouvidos são os primeiros na sua família a ter acesso à universidade. O depoimento de uma aluna, nesta situação, com seis irmãos e pais semi-analfabetos é ilustrativo: “Meu marido achava que a faculdade não ia dar pra eu fazer, porque eu trabalhava fora e tinha a faculdade, isso me roubava o tempo livre, ele não via isso como um crescimento e sim como um se enrolar”.

Um outro depoimento revela, sob outro prisma, a ênfase ao trabalho em detrimento da educação: “Minha mãe [...] achava que eu deveria terminar o segundo grau e começar a trabalhar. Então a minha dificuldade, o meu obstáculo foi convencê-la que eu tinha que estudar ao invés de trabalhar, pois se fosse trabalhar não teria tempo de estudar para o vestibular”. No contexto familiar desta estudante, ninguém estivera na universidade, e os que conseguiram concluir o segundo grau, o fizeram para logo em seguida procurar emprego. E a objeção ao seu propósito de ascender ao ensino superior não se restringiu apenas a sua mãe: “Minha avó dizia que eu estava perdendo meu tempo estudando, que eu tinha que trabalhar”. A situação se reverte, no entanto, quando o considerado improvável propósito da aluna se concretiza. “Hoje em dia, minha mãe incentiva meu irmão a fazer o vestibular, dá apoio a ele e não tem essa cobrança. Eu fui a pioneira, enfrentei tudo”.

O estigma é outro elemento no rol dos obstáculos vivenciados pelos estudantes de cotas. A auto-estima de ser universitário é antagônica aos sentimentos de exclusão e preconceito que sentem na sua trajetória acadêmica. Na sua crítica ao tempo reduzido de um ano da bolsa, um aluno expressa este sentimento. “[...] eu identifico de forma meio implícita eles pensarem que nós, de classe social inferior, não vamos dar valor à faculdade, e nesse prazo de um ano nós vamos abandonar, porque eles sabem o tamanho das dificuldades que nós enfrentamos. [...] para algumas pessoas somos indesejáveis [...] eu percebo isso no olhar de algumas pessoas aqui [...] tipo: – O que você faz aqui, cara pálida? – Onde você chegou? Como se estivesse intimidando alguém ou estivesse me apropriando de um lugar que não é meu”.

Deve-se ressaltar, entretanto, que o preconceito é mais sentido entre os afro-descendentes do que os estudantes de cotas de ensino público, sabendo que a “raça” relaciona-se significativamente com a pobreza. Fry cita Hasenbalg para apontar que a desigualdade racial não deve ser atribuída à herança da escravidão, mas somente ao preconceito e à discriminação persistentes contra pessoas de cor (Hasenbalg apud Fry, 2004, p. 218). Diversas pesquisas confirmam esta tese, revelando, entre outros dados, que a taxa de mortalidade infantil é mais alta entre os não-brancos do que entre os brancos, e que na educação, os não-brancos completam menos anos de estudo que os brancos, mesmo mantendo constantes a renda e as condições da família (Idem).

Os depoimentos a seguir registram variações do que se refere aos preconceitos sentidos. “Eu não senti nenhum tipo de preconceito. Não vou dizer que não exista, porque a gente sabe e o debate está aí, vários alunos e mesmo quem não é da universidade está discutindo porque é um tema muito polêmico”. “Acho que o preconceito maior é contra os negros. Se você entra com cotas de negros ou de escolas públicas há diferença, porque de escola pública você tem como não mostrar o seu histórico escolar e se você é negro com certeza a primeira coisa que as pessoas logo vão saber é que você entrou pela cota de negros, mesmo que não tenha entrado”. “Então a gente já vem estigmatizado. Principalmente se você é neguinho”.

Os depoimentos evidenciaram que, embora a discriminação seja mais evidente entre os afro-brasileiros, a sensação de segurança dos cotistas de ensino público pode ser aparente, já que a critério de sua inserção na universidade não se revela na cor da pele. O estigma não é, assim, algo dado apenas externamente, mas expressa uma representação de medos e inseguranças em função de elementos da constituição da formação de nossa sociedade. O

estigma de ser cotista é internalizado entre estes alunos, independente dos diferentes critérios das cotas.

O próprio termo “cotista” é considerado entre as alunas ouvidas como pejorativo, pleno de signos excludentes. Como exemplo ilustrativo, apresentamos o depoimento de uma aluna, remetendo-se ao interesse de um professor em saber quais eram os alunos cotistas e não cotistas. “[...] foi a única experiência que eu posso dizer que tem a ver com estigma, não sei, pode ter sido uma curiosidade de professor, mas eu senti que foi uma colocação que não caiu legal. Qual o interesse? Talvez ele até tivesse os motivos dele [...] só este fato que me deixou um pouco desconfiada, com um pé meio atrás, me perguntando por que isso?” Os alunos oriundos das cotas não procuram se identificar como tais: “Você não vai dizer que é cotista fica na retaguarda”.

A associação entre alunos cotistas – em relação à competência e ao desempenho – é recorrentemente feita por parte dos opositores ao sistema de cotas, um dos elementos, inclusive, gerador de estigma. As primeiras investigações, na UERJ, no entanto, têm evidenciado o equívoco desta colocação, considerando-se que desempenho não é fruto apenas de competência, mas de uma dinâmica que cruza competência com oportunidade, com vivência escolar, com acesso aos meios culturais entre outros fatores. Esta é a opinião da Profa. Raquel Villardi, baseada num estudo realizado em 2004, na UERJ, comprovando a dedicação dos estudantes cotistas ao apresentarem menores índices de reprovação por faltas, embora tenham mais reprovações por notas nos cursos de material didático mais caro. A indisponibilidade de livros mais dispendiosos dos cursos da medicina e odontologia, na biblioteca, por exemplo, causa impacto direto no desempenho destes alunos (Villard, 2005, p. 91).

Uma melhoria no desempenho dos universitários, de uma maneira geral, requereria a implementação de uma Política de Assistência ao Estudante, que, entre outros eixos, efetivasse um bom sistema de monitoramento e avaliação sobre o desempenho de estudantes e professores, capaz de mensurar a diversidade do ambiente universitário e de responder com ações eficazes às lacunas detectadas.

No entanto, embora imprescindível, não podemos perder de vista a dimensão pontual da Política de Assistência ao Estudante Universitário no âmbito dos graves problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, com ênfase nos níveis fundamental e médio. A própria Política de Ação Afirmativa melhor responderia às suas metas, se integrasse uma Política Pública de Educação que visasse à reorganização dos ensinos fundamental e médio.

Para tratar de problemas estruturais, deveríamos ter políticas estruturais com raios de ação de maior longo alcance.

No caso específico da Política de Assistência ao Estudante, esta deveria incorporar, além de uma infra-estrutura material, suportes de escuta e pedagógicos para equiparar estudantes com históricos distintos, independentes de serem ou não cotistas. É importante no debate sobre esta política a discussão sobre a concepção de assistência, que não deve ser reduzida a repasse de auxílios materiais.

A referência deveria ser o Sistema Único de Assistência (SUAS), cuja implantação se dá de forma gradual, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, com o objetivo de integrar todas as ações de assistência social no país através do paradigma de proteção social, básica e especial. O SUAS com inspiração no SUS (Sistema Único de Saúde) se apresenta como nova estratégia governamental para efetivar o sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, que, segundo diversos balanços e avaliações produzidos após dez anos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – 1993-2003 –, não chegou a se concretizar.

Os serviços de proteção básica, no âmbito do SUAS, objetivam processar inclusão de grupos em situação de risco social nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária. São considerados vulneráveis (em situação de risco) aqueles que se encontram em situação de pobreza (ausência de renda), e/ou de fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...).

A prestação de serviços integrais às demandas múltiplas dos alunos cotistas poderia, assim, integrar o SUAS, entendendo-a como uma dimensão da Assistência Social, que é muito maior do que o amparo material. Como política de direito social, a Assistência Social teria a função de tornar estes alunos cidadãos ativos, possibilitando-lhes uma legítima inserção social na universidade. Reflexões sobre a educação no Brasil e as desigualdades sociais são patamares básicos no processo de desmistificação da realidade social que os aliena e os estigmatiza.

A Assistência Social deve promover e subsidiar, assim, um exercício cidadão que faça usufruir direitos e também ampliá-los. Ela está presente em diferentes etapas no processo de inserção de alunos de cotas no ensino superior. Há uma dimensão da assistência tanto na estruturação como no funcionamento da política de ação afirmativa. A própria política de ação afirmativa cruza-se com a política de assistência social ao efetivar medidas para promover o acesso de uma dada parcela de estudantes à universidade. No interior desta, a

assistência social emerge no âmbito da política de atenção aos estudantes, que se desdobra em ações sociais, políticas e econômicas. A Assistência Social não é estanque; desenvolve-se num processo de apropriação e conquista de novos direitos.

A Política de Assistência Social é de responsabilidade do Estado, mas, no espaço de organização de suas diretrizes e metas, os beneficiários desta política devem ter papel destacado. No âmbito das deficiências e dificuldades das Políticas de Cotas, a Política de Assistência ao Estudante se apresenta como possibilidade de dirimir algumas destas dificuldades, integrando seus alunos de forma mais humanitária e justa à comunidade universitária.

Na persistência de uma atuação ineficaz por parte estado, os estudantes criam seus próprios mecanismos de defesa e estratégias para permanecer na universidade. As dificuldades de ordem emocional e financeira, numa relação direta entre si, afloram inseguranças e medos, que, dependendo da situação de cada um, irão determinar estratégias e encaminhamentos múltiplos e diferenciados.

Além das já mencionadas alternativas dos alunos para diminuir os custos com a reprodução dos textos, passamos a enunciar estratégias destes alunos para enfrentamento das diferentes dificuldades, muitas delas com traços de união e solidariedade. “Às vezes ele ficava sem comer nada o tempo todo. Como ela trazia marmita, ela ficava até constrangida em perguntar se ele queria comer alguma coisa com ela. Disse que o pessoal mesmo, até os alunos não-cotistas, vendo a dificuldade, estavam juntando dinheiro para dar a ele a passagem”. As estratégias para melhor acompanhar o curso são as reuniões uma hora antes da aula para leitura dos textos e sessões de filmes em grupo como forma de estudo, além do esforço reconhecido de que todos devem ter, lendo, perguntando e adquirindo informações com outros colegas. “Aqui tem que se dedicar mesmo e ajudar o outro na dificuldade”. “A gente tem que ler o texto mais de uma vez; o texto vai sendo trabalhado na sua cabeça [...] criticando os autores como se estivesse dialogando com o autor, essa discussão na sala de aula facilita a interpretação do texto”.

A falta de infra-estrutura da universidade, aliada à precária situação financeira dos alunos desencadeiam as estratégias relativas ao alojamento, transporte e alimentação. “Tem gente aqui da UERJ que dorme no alojamento da UFRJ, mas tem que ficar escondido porque não podem saber que estuda aqui na UERJ”. “Quem passa o dia todo na UERJ e não tem condições de pagar o almoço das cantinas, vai ao Restaurante Popular onde o almoço é de R\$

1,00”. “Não estou tendo problema com passagem porque, no início do ano, eu entrei num curso seqüencial (técnico), então por enquanto estou usando o RioCard”.¹

Estes estudantes “estrategistas” sabem, também, apontar as sugestões que ao Estado caberia efetivar através de políticas públicas. Em relação ao transporte, a solução seria a gratuidade do transporte público estendida aos universitários. O depoimento de uma aluna ilustra isso: “O passe livre existe até o segundo grau, na universidade não se tem esse direito. Os estudantes das universidades federais e estaduais não têm este direito de se locomover, é difícil”.

No quesito alimentação, a saída poderia ser o bandeirão e a alimentação gratuita para alunos dos cursos integrais. Mas a ausência de expectativa em relação ao Estado é tamanha, que a demanda é notoriamente rebaixada. “Eu acho que nos cursos integrais a alimentação é prioritária. Se não for possível ter um bandeirão, pelo menos um local para fazer refeições e esquentar a comida”.

A demanda por alojamento solucionaria não apenas o problema do transporte, mas contribuiria para oferecer melhores condições para o aproveitamento do curso, diminuindo o desgaste físico e o tempo para se chegar à universidade. “Porque além da passagem é o desgaste que você tem. Para chegar aqui às 18 h, eu tenho que sair de casa às 16 h. Eu preferia morar em frente à universidade a ganhar a bolsa, pois o desgaste que eu tenho de todo dia pegar ônibus, trem e chegar meia-noite em casa, pra mim é muito pior”. Uma outra aluna reforça esta sugestão: “Ter um alojamento aqui na UERJ seria muito bom, porque não tendo dinheiro para a passagem um alojamento seria ideal”.

A intenção de trocar a bolsa por ter direito a alojamento denota uma clara preocupação destas alunas com os seus desempenhos e aproveitamentos acadêmicos. Somam-se a esta demanda, outras propostas, com a mesma finalidade, apresentadas ao longo deste trabalho, pois sabem estas alunas que o desafio maior ainda esta por vir, quando forem competir no mercado de trabalho. A boa trajetória acadêmica está intrinsecamente relacionada a uma melhor oportunidade de emprego.

Abrir um canal de diálogo com os alunos poderia possibilitar a abertura de um caminho com vistas à montagem de uma minuta de uma Política de Assistência aos estudantes de cotas, verdadeiramente voltada aos interesses não só destes alunos, mas da universidade e do conjunto da sociedade brasileira.

¹ RioCard é um cartão eletrônico para pagamento de transporte coletivo da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Considerações finais

É papel da universidade, que contribui para a construção de uma sociedade democrática, expandir e democratizar o acesso ao ensino, garantindo a heterogeneidade e a diversificação de seus quadros. A ausência histórica de afro-brasileiros, no ensino superior brasileiro, revela, por exemplo, uma certa fragilidade da democracia no nosso país. Os governos democráticos que tivemos não foram tão democráticos assim, a ponto de instituírem políticas de redistribuição de renda, capazes de diminuir as diversas expressões da desigualdade. É em função da desigualdade econômica que a desigualdade social se estabelece. A desigualdade social, por sua vez, tende a gerar outras formas de desigualdade (raça, cor, gênero, idade, origem, etc.), acentuando as já sérias dificuldades de inúmeros grupos e segmentos sociais.

A fragilidade estrutural da democracia brasileira afeta a democracia dos diversos setores da sociedade, entre eles, a educação. Dados do IPEA de 2001 mostram que a taxa de analfabetismo dos jovens brancos entre 15 e 24 anos era de 2% para 6,4% de jovens negros nesta mesma faixa etária. A taxa de jovens brancos entre 15 e 17 anos que estudavam, em 2001, era de 84,1% para 78,1% de jovens negros nesta mesma faixa etária. Diversas pesquisas revelam que a taxa de mortalidade infantil é mais alta entre os não-brancos do que entre os brancos, e que na educação, os não-brancos completam menos anos de estudo que os brancos, mesmo mantendo constantes a renda e as condições da família (Fry, 2004, p. 210).

As diversas formas de desigualdade que atingem os jovens afro-brasileiros colocam para a universidade pública um desafio que ela, apenas com as cotas, não pode enfrentar. A grave situação requer uma Política Pública Educacional, que além de enfrentar os problemas dos níveis de ensino fundamental e médio, resgate a importância do papel da universidade na formação de uma sociedade democrática e igualitária. Mas, quais são, hoje, as condições concretas para que esta Política Pública se estabeleça, se a tendência é de um crescente processo de privatização e de desqualificação do ensino?

As Políticas de Cotas, ao interferirem no acesso seletivo à universidade, acionam mecanismos de apoio aos mais carentes e discriminados, sem, no entanto, romper com estruturas que reproduzem as desigualdades. A resposta que estes segmentos e grupos sociais anseiam não é apenas o ingresso, mas a permanência na universidade. Para isso é necessária

uma política de assistência aos estudantes de cotas com monitoramento e acompanhamento de suas trajetórias acadêmicas, auxiliando-os com bolsas de estudo, cursos suplementares, alojamento e alimentação. Seria o mínimo para que as cotas não resultem em meros arroubos políticos de caráter populista.

Em face da política de redução de gasto público, o Estado tende a associar-se ao setor privado para tentar responder residualmente as necessidades dos alunos cotistas. Se o setor privado atua e se expande em todos os níveis do ensino, por que não atuaria junto a uma política voltada para universitários egressos através de cotas? A tendência histórica, no âmbito das políticas públicas, não foi a política pobre para os pobres? Esta hipótese parece coerente com os processos mais amplos da educação pública brasileira, que é mais um setor a reproduzir, de forma contraditória, as diversas expressões de desigualdade.

Referências

- ACERVO DA PESQUISA. *A política de assistência aos estudantes da cotas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social – UERJ, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004. (mimeo)
- . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Assistência Social – *Sistema Único da Assistência Social – SUAS* – Brasília, 2005. (mimeo)
- . Ministério da Educação. Anteprojeto da Reforma da Educação Superior. Brasília, 2004. (mimeo)
- FRY, Peter. *A persistência da raça – ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.
- LEAL, Maria Cristina. Relatório de Pesquisa: *A política de assistência aos estudantes de cotas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social – UERJ, 2006.
- LEHER, Renato. Entrevista. Revista *Advir*, Rio de Janeiro, UERJ/AsdUERJ, n. 19, 2004.
- PAIVA, Ângela Randolpho (org.). *Ação afirmativa na universidade; reflexão sobre experiências concretas – Brasil/EUA*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2004.
- PEIXOTO, Maria do Carmo de L (org.). *Universidade e democracia – experiências e alternativas para a ampliação do acesso á Universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- QUEIROZ, Delcele M. *Universidade e desigualdade – brancos e negros no ensino superior*. Brasília: Líber Livro, 2004.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Reserva de vagas para negros em universidades públicas. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, UERJ/AsdUERJ, n. 19, 2005.
- VILLARD, Raquel. Entrevista. Revista *Advir*, Rio de Janeiro, UERJ/AsdUERJ, n. 19, 2005.